

## As Relações de Gênero na Educação Infantil: um universo a ser explorado

LEANDRO, Cleiciane Vedovetto<sup>1</sup>  
LEANDRO, Maria Cleitiane Vedovetto<sup>2</sup>  
ASSUNÇÃO, Shirlyss Carvalho de<sup>3</sup>  
RICETO, Rosa Maria<sup>4</sup>  
PEIXOTO, Ana Paula<sup>5</sup>  
MARIANO, Jucimara<sup>6</sup>  
VALADARES, Aparecida do Carmo<sup>7</sup>

**RESUMO:** Reconhecendo a importância de dialogar com todos seguimentos sociais sobre a temática que envolve indiscutivelmente, também, a condição da mulher na sociedade, e também, a partir de nossa experiência na Educação Infantil, sentimos a necessidade de pesquisar sobre as Relações de Gênero na Educação Infantil durante a graduação em Pedagogia, originando nosso Trabalho de Conclusão do Curso. Para este texto, apresentamos fragmentos de nosso T.C.C produzido neste ano de 2015, e que parte de algumas reflexões e apontamentos que julgamos necessários diante do contexto atual que discrimina, silencia, exclui dos espaços sociais, violenta e assassina todos os dias mulheres brasileiras pelo simples fato de “serem mulheres”. O texto apresenta um breve retrospecto sobre a condição da mulher na sociedade a partir do século XIX e a discussão sobre conceitos como: Gênero, identidade de Gênero, e relações de Gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações de Gênero, Mulheres, Identidade de Gênero, Educação Infantil

### 1 Introdução

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2015). Especialista em Educação Infantil (FACULDADE SÃO LUIS-2017), professora efetiva na creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes em Juara-MT.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2015). Especialista em Educação Infantil (FACULDADE SÃO LUIS-2017), Técnica de Desenvolvimento Infantil efetiva na creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes em Juara-MT.

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2015). Especialista em Educação Infantil (FACULDADE SÃO LUIS-2017), Técnica de Desenvolvimento Infantil efetiva na creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes em Juara-MT.

<sup>4</sup> Cursando Pedagogia (UNITER). Técnica de Desenvolvimento Infantil efetiva na escola municipal Cantinho Mágico em Juara/MT .

<sup>5</sup> Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2014). Especialista em Educação Infantil (CENTRO UNIVERSITARIO DE MAUÁ-2015). Especialista em Psicomotricidade (FACULDADE SÃO LUIS-2017) e Técnica de Desenvolvimento Infantil efetiva na creche Municipal Luis Inácio do Nascimento em Juara-MT.

<sup>6</sup> Graduada em Letras (UNEMAT-2003). Especialista em Psicopedagogia e Educação Infantil (FIVE-2005). Professora efetiva na creche Municipal Luis Inácio do Nascimento em Juara-MT.

<sup>7</sup> Graduada em pedagogia. Professora efetiva na Escola Municipal Maria das Graças Calmon Requena.

A história da humanidade é definida a partir de marcadores sociais que definem o tipo de sociedade que se construiu. No caso do Brasil, marcadores como racismo, escravismo, sexismo, misoginia foram preponderantes para determinar o modelo social, incluindo a escola, tanto em seu currículo como em suas práticas, locus de reprodução desses pensamentos.

Mesmo diante de diversos avanços nas legislações, como na própria LDBN 9394/96 ter reconhecido os direitos as liberdades, de respeito ao próximo, de tolerância, temos acompanhado, recentemente, às discussões em torno da elaboração dos Planos Municipais e Estaduais de Educação que teve forte resistência, por parte de alguns grupos mais reacionários vinculados a Igreja Católica e Evangélicas em aprovar a inclusão do termo “Gênero” nos documentos base. Essa resistência revela, entre outras coisas, a dificuldade de lidar com as diversidades culturais e sexuais que habita este mundo.

Mesmo sabendo que não é uma tarefa fácil, as instituições de educação infantil estão diante desta realidade levando-nos ao questionamento: Como são tratadas as relações de gênero na educação infantil? Como os professores estão trabalhando estas questões?

Reconhecendo a importância de dialogar com todos seguimentos sociais sobre a temática que envolve indiscutivelmente, também, a condição da mulher na sociedade, e também, a partir de nossa experiência na Educação Infantil, sentimos a necessidade de pesquisar sobre as Relações de Gênero na Educação Infantil durante a graduação em Pedagogia, originando nosso Trabalho de Conclusão do Curso.

Para concretizarmos esse trabalho, nossa pesquisa ocorreu em algumas fases, sendo que em sua primeira fase, levantamos o material bibliográfico sobre o tema, no qual os principais autores foram, Brasil, Conte, Finco, Scott, Lamenso, Kishimoto, Oliveira entre outros.

A partir do levantamento bibliográfico, optamos pela abordagem da pesquisa qualitativa, em que pudemos buscar informações necessárias para atingir os objetivos citados anteriormente, pois para Deslandes; Gomes; Minayo (2001, p. 14),

a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos

fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador.

Sendo que, para o andamento deste trabalho, foi imprescindível nossa aproximação com os/as sujeitos/as pesquisados/as utilizando esse método de pesquisa, pois a pesquisa qualitativa nos dá subsídios que a quantitativa não nos oferece, pois essa temática não requer resultados em quantidades e sim em significados e valores.

O texto apresenta um breve retrospecto sobre a condição da mulher na sociedade a partir do século XIX e a discussão sobre conceitos como: Gênero, identidade de Gênero, e relações de Gênero. Por último, algumas considerações sobre a temática e alguns resultados alcançados.

## **2 Desenvolvimento**

### **2.1 Breve histórico da condição das mulheres na sociedade Brasileira**

Por séculos as mulheres viveram totalmente submissas ao homem, pois eram ensinadas desde seus primeiros anos de vida que devia obedecer aos homens, pois quando solteiras obedecia rigorosamente ao pai e após o casamento passa a ser domínio do marido. A mulher era exclusivamente ensinada a cuidar da casa, dos filhos e do marido, tendo pouca ou nenhuma participação no processo decisório da casa sejam eles quais forem. No regime patriarcal a mulher era definida como “sexo frágil” e o homem o “sexo forte”, tornando assim por muito tempo a submissão da mulher, sendo que “a etiqueta, no sistema patriarcal brasileiro, a idolatria à fragilidade da mulher, tudo parecia denotar o gosto dos homens pela diferenciação e, em última instância, reforçar os conceitos de sexo forte, nobre e dominador” (FREYRE, 1961, p.94).

Com o passar dos anos as mulheres começam a ganhar maior visibilidade na sociedade, quando a família real chegou ao país à vida dessas mulheres começaram a ter algumas modificações, porém não deixaram os costumes impostos pela sociedade de lado.

No final do século XIX já existem mulheres no Brasil que são consideradas alfabetizadas, mesmo sabendo ler e escrever somente romances, não tendo acesso ou leitura de assuntos que viessem a ser discutidos somente pelos homens, porém já era um grande avanço no país a mulher era ao menos ensinada a ler e escrever. Para Saffioti (2013), não há nessa época, contudo, o desejo de instruir igualmente homens e mulheres, nem tampouco promover uma equiparação dos papéis sociais dos elementos dos dois sexos.

A partir do século XIX as mulheres que já estavam inseridas no trabalho nas fábricas passaram a se dividir entre o trabalho realizado fora do seio familiar deixando seus filhos e maridos para desenvolver trabalhos manuais e assalariados nas fabricas.

As lutas femininas começam a partir dessa época, em que elas começam a reivindicar melhores condições de salários como também jornada de trabalho reduzida, e principalmente direito ao voto. Com esse avanço as mulheres passaram a ter menos tempo para se dedicar à família, uma vez que sempre foi ensinado esse ofício e começaram a lutar por garantia de escolas e creches para os/as filhos/as, pois principalmente a classe baixa necessitava que suas mulheres desempenhassem atividades remuneradas para auxílio na manutenção da casa.

Atualmente mesmo com toda essa evolução da mulher no cenário brasileiro ainda se tem casos de omissão e descaso com a mulher. O Brasil hoje conta com uma mulher no maior patamar político, por exemplo, a de Presidente da República Dilma Houssef, que está em seu segundo mandato como presidente do país e que tem sido sensível as causas femininas como a efetivação de diversas políticas públicas voltadas para as mulheres.

Marcadas na história do Brasil, a luta feminina e feminista contou com a batalha de uma mulher para garantir o direito de não ser mais agredida sem que haja nenhum tipo de punição que é a Lei 11.340/2006, onde destaca no seu art. 2º que toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. A lei 11.340 é conhecida nacionalmente como “Maria da Penha”, pela luta dessa mulher no país.

Mais recentemente, também foi aprovado uma nova lei que alterou o código penal brasileiro, incluindo mais uma modalidade de homicídios qualificados, o *Feminicídio*. Trata-se da lei 13.104/15.<sup>8</sup> A alteração prevê no art. 121, § 2º **Feminicídio**<sup>9</sup>: “VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: § 2º- A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.”

Assim como esta política pública, de amparo ou reparo por um dano causado à mulher em situação de violência, porém, temos evidenciado, ainda que no plano legal, o avanço nas legislações de amparo à mulher. Como também podemos citar, o acesso a casa própria tendo a mulher o direito a escritura em seu nome, conforme prevê o Programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”. O direito a escritura da propriedade rural, que antes era efetivada apenas no nome do homem, e quando estes não tinham mais relacionamento, a mulher ficava sem o direito a posse da terra.

Mesmo com todo esse processo evolutivo a mulher continua a sua luta para garantia de maior igualdade perante aos homens, para conquista de maior espaço no mercado de trabalho e melhores salários, a permanência da mulher exercendo funções consideradas por sua grande maioria trabalhos para homens ainda não lhe concebeu o direito de receber sua remuneração no mesmo nível do sexo oposto, garantindo assim maior igualdade entre homens e mulheres, tanto na vida social quanto política.

Temos como um dos documentos norteadores as políticas públicas voltadas para as mulheres para que essas tenham seus direitos garantidos na forma da lei em diversas áreas que envolva a mulher.

O Plano Nacional de Política para as Mulheres, (Brasil, 2013, p. 14), vem nos afirmar a preocupação em relação a essas temáticas que envolvam a figura feminina no país,

a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reafirmou a importância da continuidade das políticas de autonomia das

---

<sup>8</sup> PLANALTO. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm) acesso em 18/05/2015.

<sup>9</sup> IPEA – *Violências contra a mulher: Feminicídios no Brasil*. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925\\_sum\\_estudo\\_feminicidio\\_leilagarcia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf). Acesso em 14/04/2015

mulheres como princípio gerador de políticas e ações do poder público que são propostas para a sociedade. A autonomia econômica e a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho estão fundamentadas em ações específicas que visam à eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase na erradicação da pobreza e na garantia de participação das mulheres no desenvolvimento do Brasil.

Por meio dessas políticas percebemos que as mulheres vêm ganhando espaço na vida pública e social e com isso garantindo cada vez mais seus direitos perante nossa sociedade, porém temos muito que lutar ainda, pois inúmeras mudanças já aconteceram, mas outras tantas que ainda precisa acontecer.

## **2.2 O Conceito de Gênero**

Existem várias denominações do que significa o termo gênero. Então, propomos neste trabalho a análise das diferenças de gênero entre meninos e meninas observadas assim como, aplicadas nas brincadeiras da educação infantil e como, a professora de uma turma estão trabalhando com essa diversidade dentro do seu âmbito escolar, pois sabemos que a escola é um local em que as crianças estão inseridas desde seus primeiros anos de vida e que contribuí para a formação de suas identidades e formas de ver e se posicionar no mundo.

As relações de gênero vêm sendo discutida dentro dos espaços acadêmicos desde os meados dos anos 1980 em que se viu a necessidade de tratar o assunto a partir dos movimentos feministas iniciados na Europa. Para a sociedade o gênero era discutido apenas nas ciências humanas onde homem era definido como macho e a mulher como fêmea, sem perceber as desigualdades entre os sexos e suas implicações no desenvolvimento humano, firmando assim por muito tempo as desigualdades sociais que ainda enfrentamos na sociedade que vivemos.

Para Scott, (1995, p. 03),

na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades.

Essas discussões e pesquisas que começaram a ser realizadas no país foram aumentando de acordo com a necessidade imposta pela sociedade, porém de forma vagarosa, onde meninas e meninos começavam a ter uma maior interação social mesmo com todos os estereótipos que a sociedade estipulou durante anos.

Pode-se perceber que as pesquisas vêm avançando nessa temática, porém, pois são poucas pesquisas realizadas nessa área, principalmente dando enfoque na Educação Infantil, pois quando o foco está nesta faixa etária, não há tantas pesquisas realizadas no que se refere às relações de gênero como afirma Finco (2003, p. 04).

Podemos destacar essas diferenciações pré-estipuladas pela sociedade desde há muito tempo, onde lugar de mulher é na cozinha, muito restrita aos espaços domésticos, do cuidado com a casa, com as pessoas, principalmente crianças e idosos, cuidado com os animais, sendo que o homem sempre teve sua imagem forjada enquanto garantidor do provento da família, da caça, do serviço externo à casa.

Foi através dos movimentos feministas que essa realidade começa a ser repensada, por meio de reivindicações e organizações coletivas que as mulheres avançaram em sua luta pela almejada igualdade entre os sexos, pois nessa luta a única diferenciação entre ambos era a biológica.

Um ato marcante realizado no Brasil se deu em 24 de fevereiro de 1932 que foi um marco na história da mulher brasileira. Nesta data foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo.

Isso só nos faz ter maior compreensão de que as lutas feministas são recentes e que muito já se foi feito e alguns direitos garantidos, mas ainda há muito para o que se lutar.

No Brasil as mulheres passaram a ter espaço no meio social de forma vagarosa, pouco a pouco obtendo suas conquistas, com muita luta e por meio de muitos manifestos. Na Educação Infantil, o gênero passa a aparecer nos documentos oficiais a partir da implantação dos RCNEIs em 1998.

### **3 Relações de Gênero e Identidade de Gênero**

Percebemos que relações de gênero denominadas aqui é um processo construído culturalmente, principalmente quando falamos que mulheres e homens foram vistos perante a sociedade por muitos anos somente como diferença biológica, sexista, porém com o avanço em estudos em virtudes de movimentos feministas, aos poucos, essas ideias vão se desmistificando daquilo que foi construído por séculos, uma vez que a mulher é tratada socialmente como inferior e submissa ao homem.

Para Moraes (1998, p. 101),

a expressão relações de gênero, tal como vem sido utilizada no campo das ciências sociais, designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens.

Sendo assim, as relações de gênero entre homens e mulheres de acordo com a trajetória estudada, perpassa principalmente pelo âmbito cultural, onde sabemos que essas atitudes de desigualdade perante homens e mulheres nos são apresentados desde o nascimento e vai acompanhá-los/as em todo decorrer da vida, seja nos gestos e palavras mais “comuns” do dia-a-dia.

As palavras que parecem ser tão normais no dia-a-dia das pessoas, na maioria das vezes não são percebidas como carregadas de machismo e preconceito para com as mulheres. A sociedade desigual se encarregou de cristalizar algumas ‘normalidades’, onde o normal é a não existência das mulheres. (CONTE, 2008, p. 27).

Nessa perspectiva, podemos compreender o quão está internalizada perante a sociedade a submissão e em muitos casos a inexistência do papel importantíssimo da mulher, pois nesses casos de discriminação oculta muitas mulheres acabam se autodenominando “inferiores, incapazes, insignificantes e muitos ‘IN’”, como destaca Conte (2008, p. 16).

Na educação Infantil, as relações de gênero, sexualidade e identidade de gênero começam a aparecer nos pequenos detalhes da vida da criança, uma vez que essa situação geralmente lhe é apresentada pela família, onde a exposição ou imposição do que lhe é designada para mulher ou para o homem parte do âmbito em que a criança está inserida.

Com isso, Brasil (1998, p. 19), confirma que:



Dentre as questões relacionadas à sexualidade, as relações de gênero ocupam um lugar central. Há um vínculo básico entre o gênero de uma pessoa e suas características biológicas, que definem como sexo masculino ou feminino. Perceber-se e ser percebido como homem ou mulher, pertencendo ao grupo dos homens ou das mulheres, dos meninos ou das meninas, se dá nas interações estabelecidas, principalmente nos primeiros anos de vida e durante a adolescência.

Outro fator importante no que se refere ao comportamento social de ser homem ou mulher perante o outro é o fato de como e quando a criança começa a se identificar nesse espaço onde a mesma está inserida socialmente.

Quando falamos de identidade de gênero, logo pensamos em como a pessoa se autodeclara socialmente e como essa atitude pode refletir perante o sexo oposto. É nesse momento que devemos enquanto professores/as instigar a eles/as o respeito mútuo entre meninos e meninas e conseqüentemente, a família precisa ser envolvida nesse processo.

No que concerne a identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel do homem como ao da mulher. (BRASIL, 1998, p. 41-42).

Nesse sentido, as crianças ao longo da vida passam a perceber que a relação entre homens e mulheres precisa acontecer de forma harmoniosa e com valores de igualdade, pois se esta atitude for trabalhada com as crianças desde a construção de seus saberes e conhecimento de mundo, nos primeiros contatos com as pessoas a sua volta e depois na escola, seria um caminho para que esse sentimento de igualdade forjar-se de forma natural, com menos estereótipos e preconceito impostos pela sociedade.

#### **4 Concepções de Gênero a partir das práticas pedagógicas de uma professora da Educação Infantil**

Sabemos que a Educação Infantil é o primeiro processo educacional em que as crianças estão inseridas a partir do momento de seu nascimento, tendo várias fases durante essa etapa tão importante na vida de uma criança.

A primeira fase da Educação Infantil começa nas creches públicas, passando pelo Berçário I e II, Maternal I e II e posteriormente aos 4 (quatro) anos de idade vão para a pré-escola, e como não enfatizar a importância que essas fases acarretam na vida desses/as pequenos/as sendo que é exatamente nessa fase que eles/as começam a se interagir entre eles/as mesmos/as, com o diferente, com o próximo?

As relações de Gênero estão presentes em todos os espaços, e na escola, ela se manifesta de várias formas. Por isto, ao escolher um jogo, uma brincadeira, a criança traz consigo seus costumes, sua cultura. Desta maneira, ao escolher determinado brinquedo pela cor, por exemplo, a criança estabelece alguns critérios, e manifesta seu pensamento.

Ao questionarmos a professora sobre o que ela entendia por relações de gênero, percebemos que a mesma sentiu muita dificuldade para nos responder, e isso tornou-se uma resposta um tanto quanto confusa:

*Relação de Gênero? Eu entendo que é o respeito nessa relação, essa como que fala, como que eu posso dizer? A diversidade. No caso cultural, de gênero, menino e menina você quer dizer? Como que a gente trabalha? Com as crianças a gente trabalha as brincadeiras, as atividades é o grupo ali, menino e menina tudo junto, banho também a questão de na hora do banho... Às vezes tem algumas pessoas na sala que separa primeiro só as meninas, mas as meninas nas brincadeiras elas brincam de carrinho, os meninos né brincam junto ali com todos os brinquedos, a gente não separa, essa questão que é só menina ou só menino (Prof. Ana).*

Nesse posicionamento, podemos perceber que há uma grande dificuldade em identificar a diferença entre gênero e sexualidade. Em alguns momentos de nossa pesquisa observamos que meninos e meninas não ficavam no banheiro juntos. Porém, ao questionarmos o porquê isso não acontecia, a única resposta que obtivemos é que os pais como também as normas da escola não permitem.

Analisamos o Projeto Político Pedagógico da escola e no mesmo não está especificado que essa prática de tomar banho meninos com meninas seja irregular (p. 79, 2014), porém em conversa informal com a direção e coordenação da creche a mesma nos informou que essa prática deve ser evitada, pois infelizmente os pais não compreendem ou não aceitariam que isso viesse acontecer na creche e para evitar transtorno com as famílias decidiu-se que no momento do banho meninos e meninas estejam separados.

De acordo com Felipe (2000) *apud* Silva (2012, p. 10),

há uma vigilância exercida desde os primeiros anos de vida não só pela família, mas também pela escola, para que se possa garantir a manutenção de uma masculinidade ou feminilidade considerada hegemônica. “Qualquer possibilidade de rompimento das fronteiras de gênero aponta uma classificação no campo da patologia, da anormalidade”.

O que podemos perceber é que as escolas muitas vezes se deparam com as relações de gênero, porém prefere ignorar essa temática ao invés de se trabalhar desde a educação infantil a importância desse respeito entre feminino e masculino, tornado assim o ambiente mais igualitário, com menos preconceitos.

Ao questionarmos se a professora acredita que as diferenciações entre meninos e meninas começam a ser construídas em casa, no meio familiar ela nos afirma que:

*Eu acredito que na maioria das vezes vem de casa, porque a criança ela sempre, refleti o que acontece na família dela, o cotidiano dela, a criança ela não faz distinção de gênero, de homem ou mulher ou então de branco ou é negro né, isso daí geralmente é questão dela imitar o adulto, que ela imita muito o adulto, a questão de falar algum palavrão é por que ouve falar, ela nem sabe o que ela tá falando, ela tá só refletindo e repetindo o que ela ouve ou o que ela vê, né...se a criança agride ou se ela fala palavrão, ou se a criança tem algum tipo de discriminação na sala né seja de gênero ou de cor é por que ela está refletindo ou repetindo o que ela ouve em casa, na maioria das vezes eu acredito que sim. (Prof. Ana)*

Em relação a essa resposta da professora conseguimos perceber que a família já apresenta algumas formas de se portar em relação a educação de seus/as filhos/as, sendo que essa desconstrução ou ampliação de horizontes pode ser apresentado dentro da escola de uma forma que possa atingir não somente a criança, mais sim toda a sua família.

Quando questionamos se em sua turma de alunos/as ela percebe que há resistências em não brincar com brinquedos ou realizar brincadeiras com o sexo oposto ela nos diz que:

*Não na nossa sala eu não vi, por que as meninas gostam de brincar de carrinho ou de outro tipo de brincadeira né que é mais, que falam que é mais para o lado do menino, e os meninos também, hoje mesmo na sala de aula, tinha meninas brincando de boneca imitando a mamãe dando mama e um menino pegou também e foi fazer a mesma coisa, aí a única questão que eu conversei com ele, é que o homem não da mama, por que ele estava colocando a boneca no*

*peito, só mulher dá mama quando tem bebezinho então é só as meninas dão mama, o homem só dá mama pro bebe na mamadeira, no peito o homem não dá mama. (Prof. Ana)*

A professora ao relatar que as crianças não manifestam nenhuma reação de preconceito ou de diferenciação em relação às brincadeiras ou brinquedos que pertença ao sexo oposto. Notamos a contradição entre os fatos presenciados na observação como também nas atividades e a entrevista com a mesma, pois em uma das perguntas realizadas a ela a mesma nos informa que intervém quando há essa prática em sala de aula. Percebemos também, que em todos os momentos houve reações das crianças quanto às escolhas das brincadeiras ou brinquedos no que tange as relações de gênero, evidenciando suas preferencias no que diz respeito ao papel social do que é ser homem e do que é ser mulher.

A partir dessa análise em detalhes como também em informações colhidas através da observação, análise dos planos de aulas, relatórios, Projeto Político Pedagógico podemos entender o quão importante é se trabalhar a desconstrução dessa prática desde os primeiros anos de vida para que futuramente tenhamos menos pessoas seja ela homem ou mulher espalhando o preconceito na sociedade.

#### **4 Considerações**

A pesquisa teve como foco principal investigar como as relações de gênero estão sendo trabalhadas em uma instituição de educação infantil no município de Juara. Foi verificada que após todo esse processo para concretização do Trabalho de Conclusão de Curso, que teve início com o histórico de vida, inúmeras leituras e a delimitação sobre a temática, a observação, entrevista e principalmente as brincadeiras (pesquisa participante) realizadas com as crianças evidenciaram que desde a Educação Infantil esta diferenciação dos gêneros é marcada pela prática da professora regente da turma, que reforça a presença de estereótipos quando propõe algumas atividades no dia-a-dia, e ainda em desenhos, lembrancinhas conforme trouxemos.

Com isso percebemos que as escolas precisam desenvolver mais trabalhos que envolvam a temática, trazendo para todos os espaços a existência de ambos os sexos, feminino e masculino, mas que não há uma superioridade de uma sobre a

outra, mas que haja uma cultura de respeito à condição biológica ou social do (a) outro (a).

Podemos perceber que a prática de destinar e impor atitudes de meninos e meninas é passada de geração para geração, uma vez que nas mães, pais e/ou responsável pelo cuidado das crianças tem internalizado neles/as mesmos/as essa prática, tornando assim um processo cultural, onde passam para seus/as filhos/as atitudes que foram impostas a eles/as quando crianças.

A realização da pesquisa para nós foi extremamente gratificante, pois podemos perceber que as relações de gênero precisam ser trabalhadas e com isso sugerimos que a escola envolva a temática na semana pedagógica, na formação continuada, pois será de grande desenvolvimento para a escola envolver toda a comunidade escolar nesse processo também com certeza trará novos caminhos para a escola no que envolve essa temática.

## 5 Referências

BRASIL, 1998 – **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil/** Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília MEC/SEF, 1998. Volume 1.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

CONTE, Isaura Isabel. **Gênero, sexualidade e direitos das mulheres**. Publicação Da Associação De Mulheres Trabalhadoras Rurais Da Região Sul Do Brasil. Convênio 226/2007 SPM/AMTR-SUL. Abril de 2008. Disponível em [www.mmcbrazil/site/download](http://www.mmcbrazil/site/download), capturado em 03/05/2015.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro – Petrópolis: Vozes. (2001).

FINCO, Daniela. **Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil**, 2003. Disponível em <http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/42-dossie-fincod.pdf>, capturado em 02/08/2014.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio- INL, 1977. Disponível em [http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo\\_02/pdf/103.pdf](http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_02/pdf/103.pdf) capturado em 14/11/2013.

IPEA – **Violências contra a mulher**: Feminicídios no Brasil. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925\\_sum\\_estudo\\_feminicidio\\_leilagarcia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf). Acesso em 14/04/2015

MORAES, Maria Lygia Quartin de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu** (11), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Fênero-Pagi/Unicamp, 1998, pp. 99-105. Disponível [www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down-51203](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down-51203), capturado em 01/05/2015

PLANALTO. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm) acesso em 18/05/2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. – 3 ed. São Paulo: .Expressão Popular, 2013.

SILVA, José Isavan Oliveira. **Percepções docentes sobre sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental**. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Diversidade apresentada a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso Campus de Juara. Orientado pela Professora Mestre Elizabeth Angela dos Santos. 2012.